

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E
OUTRAS LEGITIMIDADES**

**TECNOLOGIA DE LETRAMENTO INSTITUCIONAL PARA A
COMPREENSÃO DO SOFRIMENTO E TRAUMA PSICOSSOCIAL
A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE
UM ESTUDO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS VIOLÊNCIAS**

Renata Patrícia Penna Matsuoka

ORIENTADOR PRETENDIDO:

Maria Angélica Souza Ribeiro

SÃO PAULO

2024

Sumário

Problema	4
Hipótese	5
Objetivos Gerais	5
Objetivos Específicos	5
Justificativa	6
Metodologia	8
Cronograma	11
Referencial Bibliográfico	11
Anexos	14

1. Problema

Uma das principais características do cenário político mundial atual é a capacidade de manipulação da opinião pública através do discurso neoliberal articulado pelas elites dominantes e difundido pelas mídias de comunicação. Discurso esse, que ao desobrigar o Estado pela criação e manutenção de políticas públicas de bem-estar social, confunde a população por meio da polarização política e da mentira institucionalizada (Martin-Baró, 2000), induzindo a mesma a se identificar com a narrativa elitista do opressor e a se distanciar da própria classe social. Ao adotar a lógica do livre mercado e o discurso meritocrático que responsabiliza o sujeito por seu próprio desenvolvimento, a população passa então a considerar que a problemática está no campo do "excesso" de direitos, passando a cercear também os direitos "do outro" (cota é esmola, tem que acabar com o bolsa família, o SUS não presta, tem que privatizar, etc.), desconsiderando que passa a abrir mão também dos próprios direitos; pois, ao validar a narrativa da classe dominante, acaba por favorecer a lógica opressora que opera a partir dos estigmas e preconceitos que alimentam um ciclo contínuo de violência que serve unicamente aos interesses políticos e econômicos das elites no poder.

Num mundo em que estamos televisionando, em tempo real, cenários de guerra com o genocídio de inúmeras etnias, que utiliza o discurso de ódio e a prática da violência como entretenimento do cotidiano das redes sociais, que coloca partidos claramente fascistas para concorrer em pé de igualdade nas eleições globais e que encontra na discriminação e na intolerância o material necessário para as múltiplas violações dos direitos humanos, é imperativo que tratemos a temática da desigualdade social como assunto de utilidade pública, a fim de conscientizar os sujeitos sobre a importância do enfrentamento às dinâmicas de opressão que mantém as pessoas reféns da pobreza material e intelectual nos dias de hoje.

Considerando a necessidade de conscientizar a população da internalização dessas práticas, essa pesquisa visa, mediante a criação de uma tecnologia de letramento interseccional, viabilizar a reflexão acerca das violações dos direitos humanos e sua relação com o sofrimento e trauma psicossocial a partir do desvelamento da identidade através de 24 marcadores sociais da diferença. O construto tem como proposta pensar a desigualdade social e seus sistemas de hierarquias, destacando suas desigualdades e

listando as violências que fomentam esses processos de estigma, preconceito, marginalização e exclusão. A ideia é ampliar o pensamento e instigar a discussão acerca da temática, possibilitando uma visão sistêmica sobre o assunto, a fim de que seja possível, além de conscientizar os sujeitos acerca dos vieses propagados através do senso comum, (Martin-Baró, 1996, Freire, 1981) engajá-los no processo de emancipação e autonomia, como enfrentamento às políticas neoliberais que amplificam as desigualdades e vulnerabilizam a democracia.

2. Hipótese

A hipótese central desta pesquisa é que o letramento interseccional, contextualizado a partir dos dados da desigualdade mundial, assim como das práticas discriminatórias a partir da aferição das leis, proporciona um “lócus” social, promovendo a reflexão acerca das violações dos direitos humanos e suas inferências na estrutura social.

3. Objetivos Gerais

- Desenvolver uma tecnologia de letramento interseccional que possibilite a reflexão acerca das violações dos direitos humanos e sua relação com o sofrimento e trauma psicossocial a partir da aferição das leis.
- Contextualizar as informações contidas na “Roda Interseccional da Identidade”, a fim de produzir a tabela “Traduzindo a Roda Interseccional da Identidade”, destacando as violências estruturais e suas implicações, assim como uma “linha do tempo” das leis aferidas que sustentem tais discriminações.

4. Objetivos específicos

1. Definir os termos que melhor condizem com as classificações sugeridas pelo instrumento “A Roda Interseccional da Identidade”, a partir de revisão bibliográfica, visando reduzir vieses e prováveis induções da ferramenta acima referida.

2. Proporcionar uma experiência interativa, que instigue o diálogo e a possível conscientização acerca das hierarquias de opressão que abarcam a temática da desigualdade social a partir do letramento interseccional.
3. Realizar, a partir da aplicação dos instrumentos, rodas de conversa para a coleta de dados, a fim de produzir material para os estudos qualitativo e quantitativo do projeto.
4. Descrever, a partir das devolutivas apresentadas, dados acerca dos sentidos e significados atribuídos a experiência com o instrumento, a fim de coletar relatos que sustentem as narrativas de sofrimento psicossocial relacionados à desigualdade social.
5. Analisar os resultados obtidos para identificar padrões, tendências e possíveis contribuições para o enfrentamento das desigualdades sociais e violações dos direitos humanos, intencionando contribuir para a redução de seus danos.

5. Justificativa

De acordo com o estudo do World Inequality Database (WID) feito pelo Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais), o Brasil é um dos países com maior desigualdade social e de renda no mundo. O relatório feito em 2022 aponta que os 10% mais ricos possuem quase 80% do patrimônio privado do país, já os 50% mais pobres possuem menos que 1% da riqueza global total. O relatório revelou ainda que o crescimento da fortuna dos bilionários aumentou, apenas no ano 2020, US\$ 3.7 trilhões durante a pandemia de Covid-19, o equivalente aos orçamentos de saúde do mundo todo.

Um outro estudo de 2021 feito pelo Instituto Cactus, entidade filantrópica e de direitos humanos que atua na promoção da saúde mental, apontou que as desigualdades sociais no Brasil têm impactado diretamente a qualidade da saúde mental da população brasileira, revelando que quanto maior a disparidade de direitos, maior o adoecimento dos sujeitos. O estudo reforça que questões de raça, gênero e sexualidade interferem diretamente no sofrimento psicossocial da população, demonstrando o caráter interseccional da desigualdade. É o que afirma também o relatório “Lucrando com a Dor” da OXFAM, feito em 2022, que aponta a necessidade urgente de taxação das grandes fortunas, assim como a falta de engajamento dos governos mundiais na criação de

políticas públicas que apliquem tais medidas para a redução das desigualdades. Todos esses institutos têm como consenso de que é preciso ir além, é preciso educar a população.

Tomando por base esses dados, compreendemos então que a Desigualdade Social já está há muito consolidada como problemática a ser enfrentada nos mais diversos âmbitos do saber, demandando a criação de dispositivos que possibilitem a sua compreensão e enfrentamento. Pensando nisso, consideramos ser imprescindível para a manutenção da democracia e para a redução da desigualdade social que o acesso a informação seja compartilhado e mediado sobremaneira em linguagem acessível para que haja autonomia e engajamento no processo de transformação social que tanto carecemos. Projetar um dispositivo capaz de promover o letramento acerca da temática supracitada torna-se então um desafio e uma necessidade, e para tal, buscaremos nos teóricos da interseccionalidade, como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde, Lélia Gonzalez e Carla Akotirene os conceitos que orientam a pesquisa inicial desse trabalho. Para nortear a nossa abordagem em relação a proposta de conscientização em contraposição ao fatalismo, recorreremos as bibliografias de Paulo Freire e Ignacio Martin-Baró para nos guiar numa compreensão mais aprofundada das dimensões que envolvem tais processos, pois:

“O processo de conscientização supõe três aspectos: a. o ser humano transforma-se ao modificar sua realidade. Trata-se, por conseguinte, de um processo dialético, um processo ativo que, pedagogicamente, não pode acontecer através da imposição, mas somente através do diálogo. b. Mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, com o que se derruba a consciência que mistifica essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de ação. Esta consciência crítica ante a realidade circundante e ante os outros traz assim a possibilidade de uma nova práxis que, por sua vez, possibilita novas formas de consciência. c. O novo saber da pessoa sobre sua realidade circundante a leva a um novo saber sobre si mesma e sobre sua identidade social. A pessoa começa a se descobrir em seu domínio sobre a natureza, em sua ação transformadora das coisas, em seu papel ativo nas relações com os demais. Tudo isso lhe permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser. Assim, a recuperação de sua memória histórica oferece a base para uma determinação mais autônoma do seu futuro.” (Martin-Baró, 1996, p.16)

Considerando que o processo de conscientização promovido pelo construto não apenas busca a autonomia do sujeito, mas também a superação da alienação acerca das dinâmicas de poder e opressão, assim como do sofrimento e trauma psicossocial

resultantes das disparidades econômicas e identitárias que nos atravessam, reconhecendo também que a violência é central na produção dessas desigualdades, a abordagem interseccional emerge como uma ferramenta fundamental para fomentar o exercício de alteridade necessário para a promoção destes saberes. O objetivo dessa pesquisa é alinhar-se à necessidade de superar os modelos dicotômicos prevalentes na sociedade atual, reconhecendo a importância de dismantlar práticas racistas, sexistas, classistas e cisheteronormativas, com o propósito de mitigar os danos infligidos pelo colonialismo na intenção de proporcionar uma prática humanística e revolucionária, capaz de proporcionar o letramento acerca da violência estrutural que há muito norteia o pensamento contemporâneo mundial.

6. Método

1ª Instrumento – “Pirâmide da Desigualdade Social”: Essa ferramenta sustenta toda a lógica de pesquisa deste projeto, sendo a representação gráfica dos dados que compõem a desigualdade social mundial, pesquisa do “World Inequality Database” de 2022, reproduzidas em gráfico pelo site “O Iceberg”. Este relatório apresenta os dados referentes a distribuição da riqueza global pelo contingente populacional mundial, divididos em quatro classes sociais, sendo elas: Ricos (1% da população, que detém 38% da riqueza mundial e são representados pela cor azul), Classe Média Alta, ou burgueses (9% da população, que detém 38% da riqueza global e são representados pela cor verde), Pobres (40% da população, que detém 22% da riqueza global e são representados pela cor laranja) e Miseráveis (50% da população, que detém 2% da riqueza global e são representados pela cor vermelha). Para a utilização dos referentes dados nessa pesquisa, modificamos duas características contidas no gráfico: Ricos e Burgueses são representados ambos em tons de azul, a fim de demonstrar que não há distinção no que tange a acessibilidade à privilégios para ambas as classes; e o formato do gráfico passa a ser piramidal, no intuito de reforçar a lógica de hierarquia que o tema determina. Com a aplicação desse instrumento, pretendemos: (a) explicitar o fenômeno: a divisão de recursos praticada no mundo atual. (b) propor a reflexão do sistema de hierarquias suscitado pela Pirâmide da Desigualdade Social.

2º Instrumento: Criada a partir do cruzamento dos dados e da lógica contidos na “Pirâmide da Desigualdade Social” e na “Roda do Poder e Privilégio” (Wheel of Power and Priviledge), do Canadian Concil for Refugees, mais especificamente na versão adaptada por Sylvia Duckworh, a “Roda Interseccional da Identidade” é um construto que embora também proponha o desvelamento da identidade a partir dos marcadores sociais da diferença, vai além, pois ao acrescentar os dados estatísticos da desigualdade social à roda do poder e privilégio possibilita a contextualização das hierarquias de privilégio e opressão que se desdobram a partir da inserção da nomenclatura e classificação dos estigmas e preconceitos que transformam as diversidades em desigualdades, possibilitando desta forma a identificação de um “lócus” social através do reconhecimento dessas inferências nas subjetividades, e conseqüentemente, a reflexão acerca das dinâmicas que se operam no contexto da desigualdade social. Para a transformação do construto, algumas alterações se fizeram necessárias: O formato circular e a lógica interseccional são originários da “Roda do Poder e Privilégio”, além de parte dos marcadores sociais; já o esquema de cores e classes, passam a ser análogos àqueles apresentados na “Pirâmide da Desigualdade Social” (na versão para esse projeto); porém, ao invés das quatro classes apresentadas no construto original - Ricos, Classe Média alta, Pobres e Marginalizados - passamos a utilizar conceitos equivalentes, no caso: Azul claro para Poder, Controle e Dominação Econômica, Azul médio para Privilégio, Benefício Econômico e Inclusão social, Laranja para Estigma e Preconceito e Vermelho para Marginalização, Invisibilidade e Exclusão. Desta forma, acrescentamos 1 nível de hierarquia e verticalidade à roda e dobramos os números de marcadores sociais, sendo eles: Raça/Etnia, Gênero, Sexualidade, Idade, Aparência, Saúde Física, Saúde Mental, Nutrição, Educação, Linguagem, Ocupação, Classe, Finanças, Moradia, Cidadania, Transporte, Cultura, Lazer, Comunidade, Vida Social, Espiritualidade, Família, Estado Civil e 1 tema livre para que o participante acrescente o que lhe for mais conveniente. Com a aplicação deste instrumento, pretendemos: (a) desvelar a identidade a partir dos marcadores sociais da diferença apresentados e dessa forma, proporcionar o letramento interseccional. (b) promover a reflexão acerca dos privilégios e opressões que sustentam as desigualdades. (c) colher dados acerca do “lócus” social suscitado pelo instrumento e dos sentidos e significados atribuídos a experiência com o mesmo.

3º Instrumento: “Traduzindo a Roda Interseccional da Identidade”: Aplicando a mesma lógica utilizada nos instrumentos anteriores de cor como hierarquia de poder, essa

tabela contextualiza a informação imbricada em cada um dos marcadores sociais da diferença apresentados na “Roda Interseccional da Identidade” de forma detalhada para que seja possível compreender as implicações que sustentam e corroboram para a prática da violência como mantenedora das opressões que fomentam as violações dos direitos, elencando os fatos históricos que ancoraram as práticas discriminatórias a partir da aferição das leis. Sendo assim, essa tabela nomeia as violências, as justificativas utilizadas para a sua prática, a forma como se configuram e as suas implicações estruturais. Dessa forma, é possível evidenciar que a desigualdade social está intrinsecamente ligada ao campo dos direitos humanos, ou da negação destes, sendo possível também discutir o sofrimento e o trauma psicossocial e as implicações estruturais e relacionais que derivam dessa estrutura desigual. Com a aplicação desse instrumento, pretendemos: (a) compreender o âmbito das leis no contexto do Estado Mínimo. (b) ampliar a discussão acerca das violências estruturais que derivam desses processos de violação de direitos. (c) discutir o sofrimento e trauma psicossocial suscitado por essas violações.

Os formatos metodológicos utilizados serão tanto quantitativo, quanto qualitativo, projeto-piloto, pesquisa-ação, de caráter descritivo, incluindo as respostas às questões estruturadas coletadas a partir da aplicação dos instrumentos. Para a aplicação do estudo, coleta de informações e posterior análise, o instrumento será apresentado e discutido em formato de roda de conversa, com devolutivas individuais. As unidades de análise serão as folhas de resposta e narrativas apresentadas pelos grupos a definir. Assim como, um levantamento bibliográfico para identificar as abordagens e ferramentas já existentes que possibilitem tais reflexões. É importante ressaltar que as denominações e classificações apresentadas no instrumento “A Roda Interseccional da Identidade” não representam o pensamento da pesquisadora.

Sob uma perspectiva multidisciplinar, esta pesquisa congrega diferentes campos do conhecimento, como a Psicologia, a Sociologia e o Direito; podendo agregar outras áreas para o melhor desenvolvimento do mesmo, na pretensão de criar uma metodologia inovadora, onde o fazer-se pensar e pensar a estrutura em que vivemos sejam contemplados, vislumbrando desenvolver ferramentas que proporcionem experiências interativas para uma prática humanizadora e revolucionária.

7. Plano de trabalho e cronograma de execução/ Cronograma

Atividades	Trimestre							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Definição do Projeto de Pesquisa/Objetivos	●							
Realização das Disciplinas de Pós-Graduação	●	●	●					
Ampliação e atualização da revisão de literatura	●	●	●	●	●	●	●	
Participação nas reuniões dos Grupos de Pesquisa	●	●	●	●	●	●	●	
Submissão do Projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa		●						
Coleta de dados, Pesquisa de Campo, Entrevistas			●	●	●			
Análise e Tratamento dos dados			●	●	●			
Desenvolvimento dos resultados e conclusões			●	●	●			
Apresentação dos resultados parciais e finais da pesquisa em congressos/simpósios			●	●	●			
Exame de Qualificação					●	●		
Escrita de artigos				●	●	●	●	●
Publicação de artigo					●	●	●	●
Revisão com sugestão da Banca de Qualificação						●	●	
Defesa da dissertação de mestrado							●	●

Legenda: ● Não realizada ● Realizada

8. Referências/Referencial Bibliográfico Documental Básico

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

CCR – Canadian Council for Refugees - **Anti-Oppression**, Canadá. Disponível em: <https://ccrweb.ca/en/anti-oppression>. Acesso em 21 mar. 2024.

DUCKWORTH, SYLVIA. **Wheel of Power and Privilege** – Disponível em: <https://sdpride.org/wp-content/uploads/2022/11/Wheel-of-Power-Privilege-Sylvia-Duckworth.pdf> - Acesso em 21 mar. 2024.

EUZÉBIOS FILHO, A. **Trauma Psicossocial entre o fatalismo e a conscientização**, Martin Baró para pensar o Brasil e a América Latina. Coleção Estudos Avançados em Psicologia Social, v.3. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP. 2023.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

INSTITUTO CACTUS, ORG. **Caminhos da Saúde Mental** – Livro Digital, Cap.I, O Campo da saúde mental, Violação de direitos, pag.58,60. Cap.IV, Estratégias de Atuação em Saúde mental, p. 170,171,184,185. Considerações sobre Equidade, p.237,238,242,243,245,246, Disponível em: https://institutocactus.org.br/wp-content/uploads/2022/02/LivroDigital_CaminhosSaudeMental_Final.pdf. Acesso em 21 mar. 2024.

MARTÍN-BARÓ, I. **La violencia política y la guerra como causas del trauma psicossocial en El Salvador.** Revista de Psicología de El Salvador, 1988. UCA, San Salvador, El Salvador, C.A. v.7, No28, 123-141. Disponível em: https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1988-La-violencia-pol%C3%ADtica-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-RP1988-7-28-123_141.pdf Acesso em 21 mar. 2024.

MARTIN-BARÓ, I. **Poder, Ideologia e Violencia.** Coleccion Estructuras Y Procesos. Madrid: Trotta S.A, 2003.

MARTIN-BARÓ, I. **O Papel do Psicólogo.** Estudos de Psicologia 1996, 2(1), 7-27. Disponível em: [file:///C:/Users/ADMIN/Downloads/o%20papel%20do%20psicologo,%20ignacio%20martin%20baro,%201997%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ADMIN/Downloads/o%20papel%20do%20psicologo,%20ignacio%20martin%20baro,%201997%20(2).pdf). Acesso em: 21 mar. 2024

MUSEU DO FUTEBOL, ORG. **Linha do Tempo, Movimento Negro.** Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/linha-do-tempo/> - Acesso em: 21 mar. 2024.

O ICEBERG, Mergulhando nas engrenagens do Estado. **Distribuição da Riqueza no Brasil em 2021.** Disponível em: <https://oiceberg.com.br/distribuicao-da-riqueza-no-brasil-e-no-mundo/> Acesso em: 21 mar. 2024.

OXFAM, ORG. – **Lucrando com a Dor,** Briefing de mídia 2022. Enunciado, O Estado da desigualdade, p.11. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/05/Oxfam-Media-Brief-BR-Lucrando-com-a-Dor-Davos-2-2.pdf>. Acesso em 21 de mar. 2024

SANTOS, J. A. F. **Uma classificação socioeconômica para o Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20(58), 27-45. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/S7H5qDDMfTwcRByWfzPZf9q/>. Acesso em 21 de mar.2024.

SAWAIA, B. B. **Sofrimento ético-político: Uma análise do estado da arte.** Psicologia & Sociedade, 26(n.spe.2), 60-69. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RX4JKfPnj63wjXRhCpjryRx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 mar. 2024.

SAWAIA, B. B. et. al. (org) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Psicologia Social. 2ª ed Petrópolis: Editora Vozes. 2001.

TRIBUNA DO SERTÃO. **Pesquisa mostra que desigualdade social tem impacto na saúde mental.** Disponível em: https://tribunadosertao.com.br/noticias/2023/08/04/452541-pesquisa-mostra-que-desigualdade-social-tem-impacto-na-saude-mental#google_vignette. Acesso em: 22 de mar. 2024.

WID – WORLD INEQUALITY DATABASE. **World Inequality Report 2022.** Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em 22 de mar.2024.

Anexo II – Instrumento “Traduzindo a Roda Interseccional da Identidade”.

Traduzindo a Roda Interseccional da Identidade

1. RAÇA/ETNIA	PARTE 1	PODER E CONTROLE	PRIVILÉGIOS	ESTIGMA E PRECONCEITO	MARGINALIZAÇÃO E INVISIBILIDADE	PNAD 2021
<p>Embora a humanidade tenha sido dividida em três raças distintas no passado - branca, preta e amarela - os avanços da genética e da biologia molecular do século XX comprovam que não existem diferenças biológicas que justifiquem a classificação da humanidade por raça. Este conceito é uma construção social ultrapassada, utilizada para categorizar e classificar as pessoas hierarquicamente, estabelecendo uma escala de valor e de superioridade entre elas. As características físicas dos indivíduos, como cor da pele ou textura dos cabelos (fenotípicas e morfológicas), são variáveis e geralmente se referem à sua ancestralidade e etnia, abrangendo também a sua identidade cultural, costumes, religião, língua, tradições, ancestralidade e território, além das características históricas, sociais e culturais de um povo.</p>						
A VIOLÊNCIA	A JUSTIFICATIVA	COMO SE CONFIGURA	IMPLICAÇÕES ESTRUTURAIS			
ESCRAVIDÃO (<i>scilavus+dominus</i>) servo+dono 388 ANOS DE REGIME ESCRAVOCATA AMPARADOS LEGALMENTE PELO ESTADO NO BRASIL	Ato de capturar uma pessoa para a exploração por meio do trabalho sem remuneração, tirando toda a sua liberdade, a sua humanidade, os seus direitos básicos e a sua autonomia.	É caracterizada pela completa subjugação do escravizado, que é considerado um objeto de posse e controle por parte de seu dono. Isso implica na negação de sua humanidade, na violação de seus direitos básicos, na separação de suas famílias e no uso de violência e coerção para manter seu domínio e exploração.	A escravidão foi um dos pilares do sistema econômico de várias sociedades, alimentando a acumulação de riqueza e a desigualdade social, acarretando em pobreza e exclusão dos escravizados, discriminação sistêmica e racismo institucionalizado. Causando também desligamento das tradições culturais, ruptura com os laços culturais e um trauma que é experienciado através de gerações.			
1755 - Abolição da Escravidão Indígena no Brasil	1685 - Código Negro: Reforçava a condição de propriedade dos negros.	1830 - Código Criminal do Império: Criminalizava a libertação de escravos sem autorização, além de restringir a permanência em certos locais.	1854 - Determinava que os navios negreiros deveriam transportar um número mínimo de escravizados, visando a manutenção do comércio de escravos.			
GENOCÍDIO (<i>genes+cídio</i>) raça+matar	Se refere ao ato sistemático e deliberado de extermínio e destruição de um grupo étnico, religioso, nacional ou racial, visando a sua aniquilação ou assimilação forçada.	O discurso de ódio e a propaganda facista é o que alimenta a violência contra esses povos, tendo a participação e conivência de Instituições estatais que patrocinam o extermínio através da força militar. A falta de intervenção da comunidade internacional contribui grandemente para o seu sucesso.	O genocídio pode envolver homicídios em massa, perseguição, tortura, estupro, deslocamento forçado, destruição de locais culturais e religiosos, entre outras atrocidades. O genocídio geralmente deixa um legado de trauma, deslocamento, perda cultural e cicatrizes psicológicas duradouras nas comunidades afetadas.			
1755 - Proibição de irmandades de negros e pardos.	1774 - Alvará: Restrição da atuação dos escravizados no comércio e ofícios.	1850 - Lei de Terras: Impedia os escravizados recém-libertos de terem acesso à terra, contribuindo para a concentração de terras por latifundiários.	1854 - Lei de Terras: Essa lei estabelecia que os imigrantes europeus poderiam adquirir terras devolutas (terras públicas não ocupadas) de forma gratuita ou por preços reduzidos.			
SUPREMACIA BRANCA (<i>supremus+biancus</i>) superior+claro	Ideologia que advoga a superioridade da raça branca sobre as demais raças e etnias. Justifica-se em teorias ultrapassadas e já refutadas pela comunidade científica.	Crença de que pessoas brancas são superiores em intelecto e culturalmente, enquanto marginaliza e desvaloriza as contribuições de outras raças e etnias. Tem raízes históricas profundas, estando associada ao colonialismo, ao imperialismo e à escravidão, sustentando ideologias racistas, nacionalistas e xenófobas.	Se manifesta desde atitudes racistas e discriminatórias até estruturas sistêmicas de poder que perpetuam a desigualdade racial. Se traduz em ações concretas, como políticas segregacionistas, criminalização seletiva, violência policial desproporcional, restrições aos direitos civis e negação de oportunidades igualitárias. É uma forma de racismo sistêmico que tem suas raízes na colonização e na escravidão.			
1837 - Negros não podem ir à escola	1889/3.668: Restrição da imigração de negros.	1871 - Lei do Ventre Livre: Concedia liberdade aos filhos de mães escravizadas a partir do nascimento, mas obrigava-os a permanecer como "aprendizes" nas fazendas até atingirem a maioridade.	1885 - Lei do Sexagenário: Concedia liberdade para os escravizados com mais de 60 anos, mas exigia que continuassem trabalhando para os seus antigos senhores.			
ETNOCENTRISMO (<i>ethnós+kretón</i>) etnia+centro	Visão de mundo que considera o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade mais importante e superior que os demais, menosprezando outras culturas.	Tende a julgar e diminuir, de maneira preconceituosa, culturas e experiências humanas distintas da sua. Vê o mundo de acordo com sua própria cultura e a considera superior às demais. É a visão de mundo produzida a partir de conceitos ultrapassados que valorizam uma raça/etnia em detrimento das demais.	O etnocentrismo pode criar uma mentalidade resistente à incorporação de ideias e práticas de outras culturas, levando a uma visão limitada e distorcida do mundo. Contribui para a formação de estereótipos negativos, fomentando a discriminação e a perpetuação da violência e das desigualdades sociais contra outras etnias.			
1888 - Lei Áurea decreta (formalmente) o fim da escravidão em todo o Brasil, sem prever direito à terra. Foram 388 anos de regime escravocata		1889 - Lei de Terras: Permitia que imigrantes estrangeiros adquirissem terras públicas e privadas no Brasil.	1890 - Código Penal: Estabelecia penas mais rigorosas e severas para os crimes cometidos por pessoas negras.			
EUGENIA HIGIENISMO (<i>eu+genes</i>) bom+origem	Teoria que propõe a "melhoria" da raça humana por meio de suprimir características consideradas indesejáveis através do controle de reprodução da população.	Baseada em visões racistas e perpetuadoras de injustiças sociais e hierarquias de poder, esta teoria é criticada por promover a discriminação, o preconceito e a marginalização de pessoas com deficiências, de cor, sexistas e com características indesejáveis.	Leis de esterilização forçada, restrições ao casamento e proibições de reprodução para certos grupos considerados inferiores. Essas políticas muitas vezes resultaram em esterilização forçada, segregação racial, proibição de casamentos inter-raciais e até mesmo genocídio.			
1916 - Código Civil: Estabelecia o princípio da "mulatice", que considerava negros e pardos como inferiores e restringia seus direitos.		1935 - Lei de Nuremberg (Alemanha): Lei antimiscigenação determinando a proibição de relações sexuais e casamento entre judeus e alemães. A punição seria o banimento para os campos de concentração ou a morte.				

5

¹. Os textos contidos nos anexos I e II servem apenas como sugestão de formato para a construção do instrumento, devendo ser submetidos à análise e revisão bibliográfica.

Anexo III - Roteiro de entrevista:

Roteiro das perguntas (entrevistas) apresentadas aos sujeitos:

As perguntas do teste constam na própria folha do instrumento, com orientações diretas de execução. Os instrumentos 1 e 2 constam na mesma folha para melhor compreensão.

1. Escreva o total de vezes que marcou cada cor nas pétalas da flor ao lado. (Com esta resposta pretendo quantificar o nível de privilégio ou opressão dos sujeitos do teste).
2. Nomeie 3 emoções que descrevam a sua experiência fazendo esse exercício. (Com esta resposta pretendo colher informações a respeito do sofrimento e trauma psicossocial para o estudo qualitativo do mesmo).
3. Inclua aqui algo relevante para você. (Com esta resposta pretendo colher informações a respeito da interpretação e perspectiva dos sujeitos em relação a temática apresentada)

Finalizando: Agradecimento àqueles que participarem, com acolhimento de possíveis incômodos às vulnerabilidades que possam surgir.